



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS 02/2023
PROCESSO 23443.017538/2022-63

1 - Recurso Administrativo interposto pela empresa **ML EMPREENDIMENTOS LTDA** qualificada nos autos, em que se questiona ato da CGL do IFAM de promover a **CLASSIFICAÇÃO** da proposta da empresa **EMPRESA HK SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA**.

Em apertada síntese, o recurso ora em análise funda-se em supostos erros em sua planilha de formação de preços da empresa **RECORRIDA** previstas no instrumento convocatório.

Foram trazidos aos autos, através do recurso ora decidido, jurisprudência e doutrina pertinentes ao caso no entender do recorrente.

É o relatório.

DA TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade deste recurso, dado que o prazo de encerramento da fase recursal foi previsto para 06/06/2023, e a interposição aconteceu dia 06/06/2023, tendo sido, portanto, cumprido o prazo.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE E DA RECORRIDA.

A recorrente alega que a proposta apresentada pela empresa **HK SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA** é absolutamente inexequível, razão pela qual a manutenção de sua classificação implica em indiscutível violação ao edital e a legislação de regência das



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**

licitações, além de levar o Poder Público ao risco de prejuízos inestimáveis.

A proposta da licitante HK Serviços de Construção Ltda não traz segurança acerca da execução dos serviços sem a necessidade de acréscimos de custos futuros, mormente pelo fato de trazer a competição licitatória, valores e unidades de medida em desacordo com o exigido pelo ente. Muito embora o valor global da proposta tenha ficado dentro dos parâmetros de exequibilidade fixados no instrumento convocatório tendo sido esse o critério de análise da equipe técnica necessário reconhecer que analisando os preços unitários não é possível afirmar que o erro de medida e quantidade na composição final dos valores não influenciou no resultado.

Em suas contrarrazões a empresa RECORRIDA alega que a vantajosidade determinada no artigo 3º da Lei das Licitações espelha basicamente a busca por contratação que seja tanto economicamente mais vantajosa, menor gasto de dinheiro público, quanto que assim o seja qualitativamente, melhor gasto. Contudo, vale ressaltar que o contexto da lei 8.666/93 privilegia o menor preço, sugerindo-o como regra nos procedimentos de licitação. Portanto, de que trata.

Porquanto, não há que se falar em desclassificação da licitante em relação a item da planilha, haja vista a proposta de preço vincula-se por meio do valor global da sua oferta, a qual foi reconhecida preliminarmente como aceitável/exequível no certame licitatório e, dentre as relacionadas, aceita e habilitada, APRESENTOU A MAIS VANTAJOSA.

A referência a ser seguida pela Comissão, portanto, reside na percepção do menor preço, afastando assim, eventuais desclassificações de propostas. Nesse sentido, as orientações do Tribunal de Contas da União vêm pacificando o entendimento que prima pelo afastamento de desclassificações e busca pelo menor preço, dando, portanto, tratamento meramente instrumental a planilha de preços.

DA ANÁLISE

Desta maneira, quanto aos eventuais equívocos descobertos na planilha deverão ser suportados pela empresa contratada conforme frisa o art. 63 da IN SEGES 5/2017.

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**

equivoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Sobre as alegações de erro na planilha de custos e formação de preço apresentado pela empresa vencedora do certame. Entendemos, que há necessidade de ajustes na planilha de custo e formação de preço da empresa vencedora do certame, não cabendo a sua desclassificação requerida por erro na planilha. Pois, vejamos o que diz o item 7.9. Da IN 05/2017, in verbis:

Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

O TCU possui o entendimento de que “A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.” Acórdão 370/2020-Plenário.

Ou seja, A planilha vem para auxiliar à análise de exequibilidade da proposta, com isso, não quer dizer que eventual equívoco venha a desclassificá-la.

No presente caso, o teor da possível infração, ao instrumento convocatório, mostrou-se mínimo no entender desta CGL.

Trata-se, portanto, de uma questão formal, a qual não inviabiliza a essência jurídica do ato, sendo dever da Administração considerá-lo como válido, aplicando o princípio do formalismo moderado. A essência de tal princípio é representada pela presença dos erros ou vícios formais, os quais podemos definir como aqueles que, mesmo caracterizando infração ao instrumento convocatório, e até mesmo a textos normativos, não ofendem à essência do interesse que a forma visa exteriorizar. Conforme preceitua o professor Carlos Pinto Coelho Mota em sua obra “Eficácia nas Licitações e Contratos - Estudos e Comentários às Leis 8666/93 e 8987/95”:

“Falhas formais, portanto, são aquelas decorrentes de atos impróprios, ilegais, praticados pela Administração ou por parte de quem com



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS**

ela se relaciona, mas que não afetem ou digam respeito ao seu conteúdo, isto é, como o próprio nome diz, são de mera forma. Não maculam a essência do ato praticado ou da manifestação realizada. (...). Uma falha formal identificada na documentação ou proposta dos licitantes, por exemplo, não significa que o licitante deva ser inabilitado ou a sua proposta desclassificada”.

Vejamos o que diz o Tribunal de Contas da União (TCU) que mantém entendimento, por inteligência do Acórdão 4.621/2009 – 2º Câmara:

*Quando se realiza licitação pelo menor preço global, interessa primordialmente para a Administração o **VALOR GLOBAL** apresentado pelos licitantes. É com base nestes valores que a Administração analisará as propostas no tocante aos preços[...]. EXEMPLIFICO. Digamos que no QUESITO FÉRIAS LEGAIS, em evidente desacerto com as normas trabalhistas, uma licitante aponha o percentual de zero por cento. Entretanto, avaliando-se a margem de lucro da empresa, verifica-se que poderia haver uma diminuição dessa margem PARA COBRIR OS CUSTOS DE FÉRIAS E AINDA GARANTIR-SE A EXEQÜIBILIDADE DA PROPOSTA[...]. Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa. Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, POIS O QUE INTERESSA TANTO PARA ELA QUANTO PARA A ADMINISTRAÇÃO É O PREÇO GLOBAL CONTRATADO. [...]. Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico.*

Não obstante, o Egrégio TCU se pronunciou sobre o caráter instrumental das planilhas no Acórdão 963/2004 – Plenário:

Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem a planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos. Não é demais lembrar que a Administração não pagará diretamente pelos insumos na planilha, POIS SÃO ELES DE RESPONSABILIDADE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

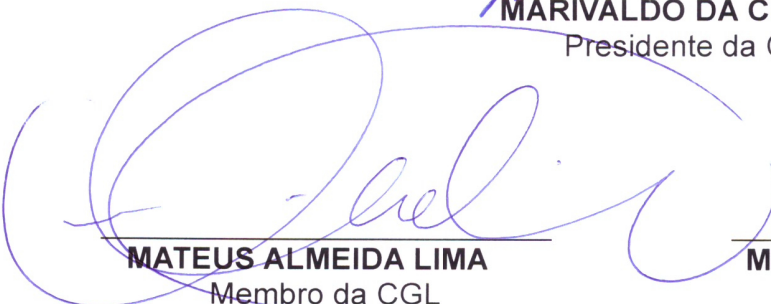
DA CONTRATADA. Não interessa para a contratante, por exemplo, se em determinado mês a contratada está tendo gastos adicionais porque muitos empregados estão em gozo de férias ou não. À contratante interessa que haja a prestação de serviços de acordo com o pactuado.

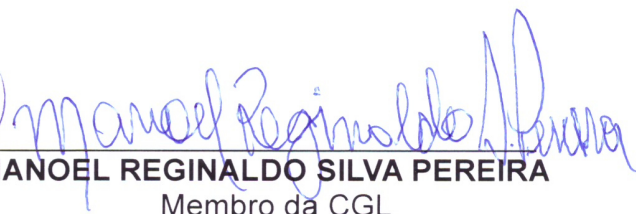
A decisão desta CGL tem como base a NOTA TÉCNICA N.º 074 – DINFRA/PROPLAD/IFAM/2023. Esta entidade de licitação sempre pautou por decisões que ampliam a participação dos licitantes nos certames licitatórios. A decisão desta Entidade se baseia no princípio da isonomia, da igualdade e da legalidade. Encontra ainda consonância com regramento da legislação em vigor amplamente defendido pelo TCU, o de que as regras do certame, resguardada a legalidade a ser perseguida pela Administração Pública, deve sempre objetivar a busca pela ampliação da disputa.

Desta forma, decidimos pelo **INDEFERIMENTO DO RECURSO** e a consequente **CLASSIFICAÇÃO** da empresa recorrida e encaminhado a mesma, suspensa por força do 109, §2º da Lei 8.666/1993, para análise e decisão final da Autoridade Superior da Reitoria do IFAM.

Manaus, 21 de junho de 2023


MARIVALDO DA CRUZ SOARES
Presidente da CGL IFAM


MATEUS ALMEIDA LIMA
Membro da CGL


MANOEL REGINALDO SILVA PEREIRA
Membro da CGL